

35 DF - Invasão

União assina convênio com Vicente Pires

Documento é o primeiro passo para regularizar terras

LUÍSA MEDEIROS

Depois de sete meses de negociação, moradores e União assinam, hoje à noite, na sede da Associação Comunitária (Arvips), ao lado da Feira do Produtor, na Área Especial 1, o convênio de regularização fundiária de Vicente Pires. Este é o quarto convênio a ser selado para resolver a questão dos condomínios irregulares em terras da União no Distrito Federal. A participação do GDF no processo, por enquanto, não foi confirmada.

Mas a parceria com o governo local está prevista no convênio de regularização de condomínios em terras federais, inclusive a Vila Telebrasil, proposto pela União há cerca de 40 dias. Este convênio contempla, principalmente, a legalização de assentamentos de baixa renda, como Vila Basevi, Riacho Fundo e Itapuã. O porta-voz do GDF, Paulo Fona, informou que a contraproposta do governo poderá ser entregue nesta semana ao ministro das Cidades, Olívio Dutra.

O presidente da Arvips, Dirsomar Chaves, lamentou a

ausência do GDF no convênio de regularização de Vicente Pires. Ele ressaltou a importância do acompanhamento do governo local, principalmente no que se refere à questão da aprovação do projeto urbanístico do condomínio e das obras de infra-estrutura. "Sentimos a ausência do GDF como parceiro dos moradores. Se a apresentação da contraproposta for efetivada, a idéia é criar um termo aditivo ao convênio para integrar o governo local", afirma Dirsomar.

COMITÊ GESTOR - Vicente Pires é o maior condomínio irregular em terra da União. São 25 mil habitantes em 1,8 mil hectares de área federal. Mas a Terracap também possui terras na região. A Colônia Agrícola Samambaia e 32 chácaras próximas às margens da DF-087 são da empresa. Estas áreas (aproximadamente 600 hectares) não foram incorporadas no convênio. "Esperamos que o GDF sinalize também sobre a regularização dessas outras regiões", diz a moradora.

A minuta do convênio será

genérica e enxuta como a de outros condomínios que estão em processo de regularização - Lago Azul, Bela Vista e Lago Oeste. O documento só legitimará o processo. Será instituído um comitê gestor, com dois integrantes da comunidade, para desenvolver um plano de trabalho para definir questões da forma de venda do terreno, por exemplo. Inicialmente, o imóvel deverá ser avaliado pelo valor da terra nua e existe quatro propostas de venda (aforamento, venda direta, licitação e cessão de uso).

Apesar da resistência dos moradores, ficou acertado na minuta do convênio, que as obras em lotes inabitados serão embargadas pela fiscalização da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) até que seja regularizada a área.

A fiscalização já está atuando na área com um posto da Gerência Regional de Patrimônio da União (GRPU). Cerca de 300 construções foram notificadas e embargadas, mas obras de reparo e pequenos consertos, em lotes habitados, serão permitidas pela União.



Agora, moradores de Vicente Pires vão discutir com a União a forma de venda dos terrenos

26